

Bangladesh

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO RELATÓRIO 2021

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA



A liberdade religiosa no Bangladesh é paradoxal em si mesma. Por um lado, a Constituição¹ afirma que: “Sujeito à lei, ordem pública e moralidade, todo o cidadão tem o direito de professar, praticar ou propagar todas as religiões” (artigo 41.º, n.º 1, alínea a). Por outro lado, o mesmo documento reconhece o secularismo como um princípio básico ao mesmo tempo que faz do Islamismo a religião estatal.

Especificamente, o Preâmbulo e o artigo 8.º respectivamente definem o secularismo como um ideal elevado e um “princípio fundamental da política estatal”. O artigo 12.º da Constituição foi suspenso no passado, mas foi reintroduzido em junho de 2011 no âmbito da 15.ª emenda. Este artigo estipula o seguinte: “O princípio do secularismo realizar-se-á pela eliminação de: (a) comunalismo sob todas as suas formas; (b) concessão por parte do Estado do

estatuto político a favor de qualquer religião; (c) abuso da religião para fins políticos; (d) qualquer discriminação ou perseguição de pessoas que pratiquem uma religião específica.”² Ao mesmo tempo, o artigo 2.º, alínea a), afirma: “A religião estatal da República é o Islamismo”, com a ressalva de que “o Estado deve assegurar estatuto igual e direito igual na prática das religiões hindu, budista, cristã e outras.”³

Este paradoxo mantém-se. A 28 de março de 2016, o Supremo Tribunal de Justiça de Bangladesh defendeu o estatuto do Islamismo como religião do Estado. Com o país dilacerado pelas tensões religiosas e o crescimento do Islamismo, os juízes defenderam o lugar proeminente do Islã na ordem constitucional.⁴

O Bangladesh proclamou a sua independência em 1971 e, ao longo da sua história, tem sido confrontado com a questão de como definir a sua identidade. Hoje em dia, o país encontra-se numa posição ambivalente. Oficialmente, o secularismo é promovido e imposto de cima para baixo pela Liga Awami no poder, mas, a nível social, uma forte corrente de Islamismo militante continua a gerar uma hostilidade significativa contra as minorias religiosas.

O Islamismo sunita ocupa inquestionavelmente um lugar principal num país que se orgulha das suas tradições tolerantes e moderadas. Em 1972, o Bangladesh adoptou uma Constituição baseada numa identidade secular e linguística. Contudo, em 1988, um regime militar liderado pelo ditador Hussein Muhammad Ershad decidiu modificar a Constituição para tornar o Islamismo na religião do Estado. Desde então, um poderoso movimento político e intelectual procurou repor o princípio histórico do secularismo nacional, enquanto um movimento oposto promoveu a islamização.

O conflito sobre a identidade do país deu origem a duas facções ideológicas opostas: “secularistas” e “islâmicos”. “As relações entre religião e Estado são fundamentais na história da partição da Índia e do Paquistão em 1947, mas também na história do projeto da nação Bengali desde a sua criação em 1971”, diz o historiador Samuel Berthet.⁵

O Bangladesh pertencia originalmente ao leste do Paquistão, antes de se tornar independente em 1971, durante uma guerra de libertação extremamente violenta. As estimativas sobre as mortes causadas pela guerra da independência vão dos 300.000 aos três milhões de pessoas.⁶ As forças do Paquistão Ocidental juntaram-se aos islâmicos dentro do leste do Paquistão para defender uma concepção islâmica do país e esmagar os secessionistas, sem sucesso. “Na altura da criação de Bangladesh, a referência à religião foi assim associada à administração paquistanesa, enquanto o secularismo era associado ao projeto da nação Bengali”, continua o historiador.⁷

O conflito entre secularistas e islâmicos tem continuado até aos dias de hoje, com consequências ambivalentes para a liberdade religiosa a nível político das leis e políticas oficiais, bem como a nível social da cultura e das atividades dos atores não estatais. Os secularistas associados ao partido político da Liga Awami (AL), no poder, liderado pelo Primeiro-Ministro Sheikh Hasina, têm-se oposto frequentemente de forma agressiva ao islamismo militante desde que assumiram a liderança do governo em 2009. Por exemplo, o governo liderado pela AL processou líderes de um partido político islâmico, o Bangladesh Jamaat-e-Islami, pelo seu envolvimento em violações dos direitos humanos durante a guerra de 1971. “Entre dezembro de 2013 e setembro de 2016, cerca de seis altos dirigentes islâmicos, incluindo Motiur Rahman Nizami, de 73 anos de idade, o antigo chefe do Jamaat-i-Islami, foram considerados culpados e executados por enforcamento”.⁸

Em geral, o governo da AL tem procurado refrear as influências islâmicas na sociedade e na política. No entanto, as políticas secularistas também violaram frequentemente a liberdade religiosa e outras liberdades civis, e é discutível que a própria intransigência destas políticas tenha ajudado a alimentar a polarização social e política, bem como um retrocesso islâmico.

O governo da AL, de orientação secular, “aprovou leis formidáveis ... restringindo o discurso religioso, exercendo uma governação forte sobre o Islã, proibindo os partidos religiosos, reagindo de forma

desproporcionada à violência religiosa e reprimindo os opositores políticos”.⁹

Até a sua acusação aos líderes islâmicos por crimes de guerra atraiu críticas de observadores internacionais por não protegerem os direitos dos arguidos.¹⁰

Atacando estes esforços da Liga Awami, os militantes islâmicos iniciaram uma campanha maciça de ataques violentos contra bloggers seculares, ativistas dos direitos humanos, bem como contra minorias religiosas, particularmente hindus e cristãos. “Entre janeiro de 2005 e dezembro de 2017, cerca de 746 pessoas morreram em ataques terroristas islâmicos, incluindo 339 alegados terroristas”, cita a especialista em segurança do Sul da Ásia Christine Fair. “Entre esses ataques, 91% tiveram lugar desde 2013”.¹¹

O período desde 2017, porém, parece ser uma fase relativamente “adormecida”, com uma redução mensurável da violência islâmica.¹² Contudo, tal como mencionado abaixo, os ataques islâmicos às minorias religiosas estão longe de ter desaparecido e pode ser que os militantes tenham passado temporariamente à clandestinidade para fins de angariação de fundos e recrutamento.¹³

INCIDENTES E EVOLUÇÃO



Ao contrário do Paquistão, o Bangladesh não tem uma lei contra a blasfêmia. No entanto, o Código Penal da era colonial de 1860 (artigos 295.^o A e 298.^o) criminaliza o crime de ferir ou “ultrajar os sentimentos religiosos” de outros.¹⁴ Além disso, o Bangladesh aprovou em 2006 uma Lei de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), posteriormente endurecida pelo governo do

Primeiro-Ministro Sheikh Hasina em 2013, ao abrigo da qual é ilegal publicar na internet conteúdos que possam “prejudicar a ordem pública e a lei” ou ser interpretados como difamação contra as religiões.¹⁵ Esta lei tem sido utilizada para prender jornalistas, estudantes e professores.

Para além da Lei das TIC, o governo de Bangladesh promulgou a Lei da Segurança Digital em outubro de 2018,¹⁶ que dá à polícia o poder de deter indivíduos, incluindo jornalistas, sem um mandado.¹⁷ Os ativistas dos direitos humanos argumentam que a imprecisão da lei dá ao governo “licença para uma ampla supressão de vozes críticas”.¹⁸ Entre outubro de 2018 e maio de 2020, mais de mil casos foram arquivados no âmbito da Lei da Segurança Digital e inúmeros jornalistas foram detidos,¹⁹ em grande parte por criticarem os políticos do partido no poder, mas também de formas que restringiram o discurso e a expressão religiosa.²⁰

Um caso envolve a cantora popular de Bangladesh Shariat Boyati, que foi presa no âmbito desta lei em janeiro de 2020 sob acusação de “ferir sentimentos religiosos”. Segundo a Christian Solidarity Worldwide (CSW), Boyati “usou linguagem nas suas canções para criticar uma seção dos clérigos muçulmanos fundamentais, acusando-os de deturparem os ensinamentos filosóficos islâmicos”.²¹ Em março de 2020, um político da Liga Awami apresentou queixa contra um ativista que utilizava o Facebook para criticar a decisão do Governo de convidar o primeiro-ministro indiano Narendra Modi para uma visita de estado.²²

Além disso, em pelo menos um caso, foram invocadas leis restritivas da liberdade de expressão para proteger a comunidade católica de discursos aparentemente difamatórios. Em maio de 2019, invocando a Lei da Segurança Digital, a polícia prendeu o poeta católico Henry Sawpon por “ofender os sentimentos religiosos dos católicos” em inúmeras páginas das redes sociais que criticavam o clero católico.²³ A detenção seguiu-se a uma queixa apresentada pelo Padre Lawrence Gomes, padre em Barishal, uma cidade no sul de Bangladesh. Por fim, Sawpon foi libertado sob fiança um dia após a sua detenção. A UCA News informou mais tarde que “o P. Gomes, o

queixoso, disse que a Igreja decidiu retirar a oposição ao pedido de fiança de Henry depois de ele ter prometido pedir desculpa pelo que fez”.²⁴

A violência islâmica contra as minorias religiosas parece ter diminuído um pouco nos últimos quatro anos. De acordo com o Bangladesh Hindu Buddhist Christian Unity Council (BHBCUC), uma respeitada ONG apartidária de direitos humanos criada em 1975, o ano de 2016 registrou um pico de 1.471 incidentes violentos contra minorias étnicas e religiosas, em comparação com 262 incidentes em 2015.²⁵ Em 2017, a BHBCUC contabilizou 959 incidentes de violações dos direitos das minorias, com base em relatórios dos meios de comunicação social de janeiro a outubro.²⁶ Em 2018, a BHBCUC documentou 806 casos de perseguição religiosa contra minorias. A organização não divulgou quaisquer números ou forneceu documentação para 2019, mas observou no seu Breve Relatório Anual sobre a Situação Minoritária que os ataques contra minorias continuaram a diminuir.²⁷

Relatórios de outra respeitada organização de direitos humanos, a Ain o Salish Kendra (ASK), não obstante as graves violações em curso, corroboraram esta imagem mista de um declínio global da violência antiminoritária. Nos primeiros 11 meses de 2019, a ASK constatou que 101 pessoas foram feridas na sequência de violência contra minorias religiosas, pelo menos 71 casas de culto, mosteiros ou estátuas foram atacados, assim como 53 casas de minorias religiosas.²⁸ Nos primeiros dois meses de 2020, contudo, a ASK constatou que a violência contra minorias religiosas levou a apenas um ferimento, um ataque a uma casa e ataques a 11 casas de culto, estátuas ou mosteiros.²⁹

Apesar deste aparente declínio na violência antiminoritária, várias comunidades no Bangladesh continuam a enfrentar perseguições constantes. Entre os mais vulneráveis encontram-se hindus, budistas, ahmadi e cristãos. Dados recolhidos pela ASK sugerem que em 2019, os hindus e os ahmadi foram, de longe, as vítimas mais frequentes de perseguição.³⁰ Por exemplo, em setembro de 2019, uma “mesquita ahmadi no norte de Bangladesh foi atacada enquanto estava em construção. Cerca de 400 estudantes de

madrassas próximas parecem ter “vandalizado o edifício com armas caseiras”; de acordo com a comunidade ahmadi local, os agentes da polícia presentes no local não fizeram nada.³¹ Em janeiro de 2020, outra “mesquita ahmadi foi atacada por estudantes de madrassas na Divisão de Chittagong”. “Testemunhas relatam que as casas de ahmadi nas proximidades também foram alvo de ataques”. Após o incidente, os estudantes organizaram um comício exigindo uma lei que declarasse os ahmadi como não muçulmanos.³²

Em setembro de 2019, o The Daily Star (Dhaka), principal jornal diário inglês de Bangladesh, noticiou que indivíduos não identificados mataram quatro membros de uma família budista a viver numa aldeia majoritariamente budista em Cox’s Bazar, no sudeste de Bangladesh. As vítimas incluíam duas crianças com idade inferior a 10 anos.³³

Em abril e maio de 2020, a Bangladesh Christian Association (BCA), um importante grupo de direitos cristãos, relatou três casos de violência contra a comunidade cristã. “Dois cristãos foram espancados numa disputa de terras no distrito de Sherpur, enquanto vários cristãos foram ameaçados e espancados por se recusarem a pagar aos credores de dinheiro no distrito de Barishal, e um jovem cristão foi espancado depois de ter sido falsamente acusado de tráfico de droga, disse Nirmol Rozario, o presidente da BCA”.³⁴

Só em maio de 2020, de acordo com a Federação Hindu Mundial, cerca de 30 ataques islâmicos visaram a minoria hindu do país. Estes incidentes incluíram ataques a templos hindus, conversões forçadas, violações e raptos de jovens hindus, roubo de terras aos hindus, deslocação de mais de 40 famílias hindus e o assassinato de quatro hindus.³⁵

Em setembro de 2020, várias fontes relataram cerca de 50 ataques a comunidades hindus, budistas e de minorias cristãs. De acordo com o Bangladesh Hindu Buddhist Christian Unity Council (BHBCUC), bem como outras organizações representativas de grupos religiosos minoritários, a maioria destes ataques ocorreu em Chittagong Hill

Tracts (CHT), um grupo de distritos da Divisão de Chittagong no sudeste de Bangladesh, na fronteira com a Índia e Myanmar.

Os membros cristãos de grupos tribais indígenas como os Garos e os Khasis continuam a ser perseguidos. Simone Marak, uma comerciante e ativista cristã que vive em Pegamari, no distrito de Tangail, no Bangladesh central, declarou: “Enfrentamos muitas perseguições. Para além de ataques físicos e conversões forçadas, os nossos meios de subsistência são frequentemente atacados. As nossas terras agrícolas, lojas e estabelecimentos são destruídos, as nossas igrejas profanadas e enfrentamos também uma enorme discriminação social e econômica”.³⁶

Em Chittagong Hill Tracts, alguma da violência contra as minorias religiosas deriva de tensões de longa data entre comunidades indígenas – principalmente budistas, hindus e cristãos – e colonos bengali que são na sua maioria muçulmanos. Muitas destas tensões giram em torno da posse da terra.³⁷ Num caso, numa área de maioria budista perto de CHT, um monge budista explorou divisões religiosas para obter terras de católicos, muçulmanos e outros budistas.³⁸

Em 2019 e 2020, o Governo central continuou a utilizar uma disposição legal de 2017 para tentar reduzir estas tensões, com base no Acordo de Paz de Chittagong Hill Tracts de 1997. Ao mesmo tempo, muitas ONGs e ativistas afirmam que o Governo tem sido demasiado rápido a recorrer à militarização e à repressão para resolver os conflitos da região.³⁹

Num país densamente povoado onde a posse da terra é muito valorizada, muitas ONGs relatam que as minorias étnicas e religiosas são altamente vulneráveis à apropriação indevida de terras. Por exemplo, na área de Ghoraghat do distrito de Dinajpur no norte de Bangladesh, membros católicos da etnia indígena Santal lutaram durante o período abrangido pelo relatório – com a ajuda da Igreja Católica e de ONG como a Cáritas – para recuperar as terras agrícolas ancestrais que perderam para os proprietários de terras muçulmanos. Até agora, têm tido apenas um sucesso limitado.⁴⁰

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA



Embora o extremismo Islâmico tenha sido a maior fonte de perseguição religiosa violenta no país durante mais de vinte anos, a violência islâmica contra as minorias parece estar diminuindo, pelo menos no momento atual. Sob um Governo que tem reprimido agressivamente a militância islâmica, as minorias religiosas parecem gozar de maior segurança em 2020 do que em qualquer outro momento desde 2015.

As autoridades de Bangladesh também merecem elogios por proporcionarem um porto seguro para os rohingyas majoritariamente muçulmanos, dos quais mais de 700.000 fugiram do vizinho Mianmar desde agosto de 2017, embora uma solução a longo prazo para a sua situação ainda pareça distante.⁴¹

No entanto, a vida política disfuncional do país lança uma sombra negativa sobre as perspectivas de liberdade religiosa e impede o estabelecimento de uma base sólida e sustentável. Os observadores internacionais criticaram as eleições gerais realizadas no final de 2018 porque o governo prendeu o líder da oposição Khaleda Zia, do Partido Nacionalista de Bangladesh, antes da votação. O resultado aumentou a desconfiança entre os secularistas do país e os que apoiam um maior papel político para o Islã.⁴² Esta tendência enfraqueceu o Estado de direito, alimentando a mobilização islâmica. De fato, o segundo semestre de 2020 testemunhou um recrudescimento da violência islâmica contra as minorias religiosas. Os esforços para reconciliar o país parecem urgentes se Bangladesh quiser cumprir a sua promessa constitucional de respeitar a liberdade religiosa de todos os seus cidadãos.

NOTAS

¹ Bangladesh 1972 (reinst. 1986, rev. 2014), Constitute Project, https://www.constituteproject.org/constitution/Bangladesh_2014?lang=en (acesso em 23 de outubro de 2020).

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ David Bergman, “Bangladesh court upholds Islam as religion of the state”, Al Jazeera, 28 de março de 2016, <http://www.aljazeera.com/news/2016/03/bangladesh-court-upholds-islam-religion-state-160328112919301.html> (acesso em 23 de outubro de 2020).

⁵ “La Cour suprême examine le statut de l’islam dans la Constitution”, Églises d’Asie, 17 de março de 2016, <http://eglasie.mepasie.org/asie-du-sud/bangladesh/2016-03-17-la-cour-supreme-examine-le-statut-de-l2019islam-dans-la-constitution/> (acesso em 23 de outubro de 2020).

⁶ Mark Dummett, “Bangladesh war: The article that changed history”, BBC Magazine, 16 de dezembro de 2011, <https://www.bbc.com/news/world-asia-16207201> (acesso em 23 de outubro de 2020).

⁷ “La Cour suprême examine le statut de l’islam dans la Constitution”, op. cit.

⁸ Timothy S. Shah et al, Bangladesh Religious Freedom Landscape Report 2020 (Washington, D.C.: Religious Freedom Institute, 2020), p. 22, <https://static1.squarespace.com/static/57052f155559869b68a4f0e6/t/5f51575c97dba66e33c66544/1599166324548/Bangladesh+ONLINE.pdf> (acesso em 19 de outubro de 2020).

⁹ Ibid. 13.

¹⁰ “Bangladesh,” Freedom in the World: 2020, Freedom House, <https://freedomhouse.org/country/bangladesh/freedom-world/2020> (acesso em 19 de outubro de 2020).

¹¹ C. Christine Fair, “Political Islam and Islamist terrorism in

Bangladesh: What you need to know”, Lawfare, 28 de janeiro de 2018, <https://www.lawfareblog.com/political-islam-and-islamist-terrorism-bangladesh-what-you-need-know> (acesso em 19 de outubro de 2020).

¹² Shafi Mohammed Mostofa, “What does COVID-19 mean for terrorism in Bangladesh?”, The Diplomat, 4 de junho de 2020, <https://thediplomat.com/2020/06/what-does-covid-19-mean-for-terrorism-in-bangladesh/> (acesso em 19 de outubro de 2020).

¹³ Ibid.

¹⁴ The Penal Code, 1860 (Act No. Xlv Of 1860), Ministry of Law, Justice and Parliamentary Affairs (Bangladesh), http://bdlaws.minlaw.gov.bd/print_sections_all.php?id=11 (acesso em 23 de outubro de 2020).

¹⁵ “Des manuels scolaires modifiés pour les rendre plus conformes à un contenu jugé ‘islamiquement correct’”, Églises d’Asie, 16 de fevereiro de 2017, <http://eglasie.mepasie.org/asie-du-sud/bangladesh/2017-02-16-des-manuels-scolaires-modifies-pour-les-rendre-plus-conformes-a-un-contenu-juge-ab-islamiquement-correct-bb> (acesso em 23 de outubro de 2020).

¹⁶ Legislative and Parliamentary Affairs Division, “S.R.O. NO. 310-Law/2019,” Ministry of Law, Justice and Parliamentary Affairs, https://ictd.gov.bd/sites/default/files/files/ictd.portal.gov.bd/law/e883dda8_4ee4_4f4f_89f2_3d50685ebd3f/The%20Authentic%20English%20Text%20of%20the%20DIGITAL%20SECURITY%20ACT,%202018.pdf (acesso em 11 de janeiro de 2021).

¹⁷ “Factbox: Bangladesh’s broad media laws”, Reuters, 11 de outubro de 2018, <https://in.reuters.com/Article/us-bangladesh-election-media-factbox/factbox-bangladeshs-broad-media-laws-idUSKBN10C08S> (acesso em 19 de outubro de 2020).

¹⁸ “Bangladesh: Scrap draconian elements of Digital Security Act”, Human Rights Watch, 22 de fevereiro de 2018, www.hrw.org/news/2018/02/22/bangladesh-scrap-draconian-elements-digital-security-act (acesso em 19 de outubro de 2020).

¹⁹ Kaamil Ahmed, “Bangladeshi journalist is jailed after mysterious 53-day disappearance”, The Guardian, 8 de maio de 2020, <https://www.theguardian.com/global-development/2020/may/08/bangladeshi-journalist-is-jailed-after-mysterious-53-day-disappearance> (acesso em 19 de outubro de 2020).

2020).

- ²⁰ “Bangladesh: Scrap draconian elements of Digital Security Act”, Human Rights Watch, 22 de fevereiro de 2018, www.hrw.org/news/2018/02/22/bangladesh-scrap-draconian-elements-digital-security-act (acesso em 19 de outubro de 2020).
- ²¹ “General Briefing: Bangladesh”, Christian Solidarity Worldwide, 1 de maio de 2020, <https://www.csw.org.uk/2020/05/01/report/4636/Article.htm> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ²² Ibid.
- ²³ Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, “Bangladesh”, 2019 Report on Religious Freedom, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/reports/2019-report-on-international-religious-freedom/bangladesh/> (acesso em 11 de janeiro de 2021).
- ²⁴ Stephan Uttom e Rock Ronald Rozario, “Bangladeshi Catholic writer gets bail in clergy defamation case”, UCA News, 17 de maio de 2019, <https://www.ucanews.com/news/bangladeshi-catholic-writer-gets-bail-in-clergy-defamation-case/85215> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ²⁵ “Violence against minorities in Bangladesh on the rise”, UCANews, 3 de maio de 2017, <https://www.ucanews.com/news/violence-against-minorities-in-bangladesh-on-the-rise/79114> (acesso em 7 de maio de 2018).
- ²⁶ Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, “Bangladesh,” 2017 Report on International Religious Freedom, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/reports/2017-report-on-international-religious-freedom/bangladesh/> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ²⁷ Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional (2019), op. cit.
- ²⁸ “Violence against religious minorities (Jan-Nov 2019)”, Ain o Salish Kendra, 11 de dezembro de 2019, <http://www.askbd.org/ask/2019/12/11/violence-against-religious-minorities-jan-nov-2019/> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ²⁹ “Violence against religious minorities (Jan-Feb 2020)”, Ain o Salish Kendra, 12 de março de 2020, <http://www.askbd.org/ask/2020/03/12/violence-against-religious-minorities-jan-feb-2020/> (acesso em 20 de outubro de 2020).

- ³⁰ “Violence Against Religious Minorities (Jan-Nov 2019)”, op. cit.
- ³¹ “General Briefing: Bangladesh”, op. cit.
- ³² Ibid.
- ³³ “Four of a Buddhist family slain”, The Daily Star, 27 de setembro de 2019, <https://www.thedailystar.net/frontpage/news/four-buddhist-family-slain-1805947> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ³⁴ Rock Ronald Rozario, “Justice sought for attacks on Bangladeshi minorities”, UCANews, 1 de junho de 2020, <https://www.ucanews.com/news/justice-sought-for-attacks-on-bangladeshi-minorities/88237> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ³⁵ “Bangladesh: In May 2020 alone, 30 incidents were reported where Islamist mobs attacked or killed Hindus in the country”, OpIndia, 18 de junho de 2020, <https://www.opindia.com/2020/06/bangladesh-in-may-2020-alone-30-incidents-were-reported-where-islamist-mobs-attacked-or-killed-hindus-in-the-country/> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ³⁶ Jaideep Mazumdar, “A ‘Black September’ for Hindus, Buddhists and Christians in Bangladesh”, Swarajya, 30 de setembro de 2020, <https://swarajyamag.com/politics/a-black-september-for-hindus-buddhists-and-christians-in-bangladesh> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ³⁷ James Taylor and Chandra Tripura, “Ethnic violence in Bangladesh: assault on minority peoples continues”, Asian Currents, 2 de agosto de 2017, <http://asaa.asn.au/ethnic-violence-bangladesh-assault-minority-peoples-continues/> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ³⁸ Sumon Corraya, “Catholics, Muslims and Buddhists against a monk’s land grab in Bandarban”, AsiaNews, 6 de dezembro de 2019, <http://www.asianews.it/news-en/Catholics,-Muslims-and-Buddhists-against-a-monks-land-grab-in-Bandarban-47264.html> (acesso em 23 de outubro de 2020).
- ³⁹ “Chittagong Hill Tracts: Human Rights Jan-Jun Report”, Unrepresented Nations and Peoples Organisation (UNPO), 5 de julho de 2020, <https://unpo.org/article/21967> (acesso em 20 de outubro de 2020).
- ⁴⁰ Stephan Uttom, “From landowners to laborers”, UCANews, 8 de julho de 2020, <https://www.ucanews.com/news/from-landowners-to->

laborers/88687 (acesso em 23 de outubro de 2020).

⁴¹ “Myanmar: Rohingya Await Justice, Safe Return 3 Years On”, Human Rights Watch, 24 de agosto de 2020, <https://www.hrw.org/news/2020/08/24/myanmar-rohingya-await-justice-safe-return-3-years> (acesso em 21 de outubro de 2020).

⁴² Sumit Ganguly, “The World Should be Watching Bangladesh’s Election Debacle”, Foreign Policy, 27 de janeiro de 2019, <https://foreignpolicy.com/2019/01/07/the-world-should-be-watching-bangladeshs-election-debacle-sheikh-hasina/> (acesso em 21 de outubro de 2020).



SOBRE A **ACN**

ACN (Ajuda à Igreja que Sofre no Brasil) é uma organização católica fundada em 1947 pelo Padre Werenfried van Straaten para ajudar os refugiados de guerra. Desde 2011 reconhecida como fundação pontifícia, a ACN dedica-se a ajudar os cristãos no mundo inteiro – através da informação, oração e ação – especialmente onde estes são perseguidos ou sofrem necessidades materiais. A ACN auxilia todos os anos uma média de 5.000 projetos em 130 países graças às doações de benfeitores, dado que a fundação não recebe financiamento público.

CONHEÇA A ACN